

PROJETO DE LEI Nº 930, DE 29 DE JANEIRO DE 2026

“CRIA O CARGO DE CONDUTOR DE AMBULÂNCIA NO QUADRO PERMANENTE, DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO PARCIAL E FACULTATIVO DE SERVIDORES DOS CARGOS DE MOTORISTA, MOTORISTA I E MOTORISTA II QUE ATUAM NA ÁREA DA SAÚDE, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 15.250/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

FELIPE GEFERSON SEME AMED, Prefeito Municipal de São Lourenço da Serra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta a Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica criado, no Quadro de Pessoal Permanente do Município, o cargo público de **Condutor de Ambulância**, com a criação de **12 (doze) vagas**, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, classificado como **profissional de saúde** para todos os fins de direito, nos termos da Lei Federal nº 15.250/2025.

Art. 2º Fica autorizada a transformação de até **12 (doze)** cargos ocupados de Motorista, Motorista I e Motorista II em cargos de **Condutor de Ambulância**, exclusivamente para os servidores que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - Estejam em efetivo exercício na função de condução de veículos de emergência (ambulâncias) junto à Secretaria Municipal de Saúde na data de publicação desta Lei;
- II - Possuam idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - Detenham habilitação nas categorias "D" ou "E" da CNH;
- IV - Comproven a conclusão do curso especializado para condutores de veículos de urgência e emergência, nos termos do Art. 145-A do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 3º O reenquadramento previsto no Art. 2º é **facultativo**, devendo o servidor interessado protocolar requerimento formal no prazo de até 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

§ 1º O servidor que optar pelo reenquadramento será transposto para o cargo de Condutor de Ambulância mantendo o mesmo vencimento-base, classe e nível de progressão em que se encontrava no cargo anterior.

§ 2º Os cargos de Motorista, Motorista I e Motorista II cujos ocupantes não preencham os requisitos ou não optem pelo reenquadramento **permanecerão existindo sem alteração** em suas nomenclaturas, atribuições originais e lotações.

Art. 4º São atribuições do cargo de Condutor de Ambulância:

- I - Conduzir veículos de socorro e emergência destinados ao atendimento e transporte de pacientes;
- II - Auxiliar a equipe de saúde na imobilização e transporte de pacientes;
- III - Zelar pela manutenção, higiene e assepsia da viatura e equipamentos;
- IV - Atuar em conformidade com os protocolos de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) e regulação médica.

Art. 5º À medida que os cargos de Motorista, Motorista I e Motorista II que foram objeto de transformação vierem a vagar, as novas vagas para a área da saúde serão obrigatoriamente ofertadas sob a nomenclatura de Condutor de Ambulância.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço da Serra, 29 de janeiro de 2.026.

FELIPE GEFERSON SEME AMED
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVAS AO PROJETO DE LEI Nº. 930/2026

A presente proposta legislativa visa conferir ao Município a necessária adequação aos novos paradigmas da assistência à saúde pública, estabelecidos pela **Lei Federal nº 15.250/2025**. A essência deste projeto de lei reside no reconhecimento de que a condução de veículos de emergência não se limita a uma atividade de transporte comum, mas constitui uma função técnica e assistencial complexa, indispensável à preservação da vida e à integridade física dos cidadãos atendidos pela nossa rede municipal.

A importância desta iniciativa para a municipalidade fundamenta-se na premissa, agora consolidada em âmbito nacional, de que o condutor de ambulância é um **profissional de saúde** que atua diretamente no suporte às equipes de intervenção. Ao moldar nossa estrutura administrativa aos termos da Lei Federal nº 15.250/2025, garantimos que o Município disponha de um quadro técnico qualificado para o atendimento pré-hospitalar, capaz de atuar em sinergia com médicos e enfermeiros na estabilização e no transporte seguro de pacientes. Essa especialização é fundamental para a redução do tempo de resposta e para a melhoria dos índices de sobrevivência em casos de urgência, refletindo o compromisso da administração com a eficiência do Sistema Único de Saúde (SUS) local.

Ademais, este projeto corrige uma lacuna histórica ao conferir identidade própria a uma categoria que enfrenta riscos biológicos, ergonômicos e de trânsito em sua rotina laboral. O atendimento à **Lei Federal nº 15.250/2025** permite que o Município organize seu pessoal de forma justa e transparente, assegurando que aqueles que exercem funções típicas da saúde recebam o tratamento jurídico adequado à sua responsabilidade. Ao promover o reenquadramento facultativo dos servidores que já desempenham tais atividades, a administração pública não apenas cumpre uma diretriz federal, mas também pacifica as relações de trabalho, eliminando incertezas funcionais e valorizando o capital humano que sustenta o serviço móvel de urgência.

Por fim, cabe destacar que a proposta observa o rigor fiscal e a racionalidade administrativa. Trata-se de uma modernização do quadro de pessoal que aproveita a mão de obra já qualificada da municipalidade, direcionando-a para o cargo específico de Condutor de Ambulância conforme os requisitos de habilitação e treinamento vigentes. Esta reestruturação, pautada nos fundamentos da legislação federal, eleva o patamar da gestão municipal da saúde, garantindo segurança jurídica ao gestor e, acima de tudo, um atendimento digno e especializado à população.

São Lourenço da Serra, 29 de janeiro de 2.026.

FELIPE GEFERSON SEME AMED
Prefeito Municipal